SENADO

Presidente da Casa surfa na vitória de Lula para se reeleger e candidatos da oposição se escoram no peso do bolsonarismo, representado pelas grandes bancadas do PL

Alcolumbre, Marinho e Tereza jogam seus trunfos

» ALÍCIA BERNARDES

A disputa pela presidência do Senado está a todo vapor, apesar de a eleição para o cargo ser somente em fevereiro de 2027. Isso porque cada candidato quer surfar na onda do resultado das eleições. Enquanto Davi Alcolumbre (União-AP), que busca a reeleição, conta com os efeitos favoráveis da vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre Flávio Bolsonaro, Rogério Marinho (PL-RN) e Tereza Cristina (PP-MS) constoem um ambiente para tirar proveito do avanço do bolsonarismo nas duas Casas do Congresso e assim se cacifarem.

Interessa a Alcolumbre e Lula o relacionamento que, atualmente, está em bom termo — andou meses abalado por conta da indicação, pelo presidente, do advogado-geral da União Jorge Messias para a 11ª cadeira do Supremo Tribunal Federal. O governo tem interesse em preservar a relação institucional estável com o Congresso, o que dá ao hoje presidente do Senado espaço para negociar apoios entre governistas e integrantes do Centrão. A permanência dele no comando da Casa também é vista por setores do Palácio do Planalto como uma alternativa de maior previsibilidade diante da possibilidade de o Senado ser conduzido por um bolsonarista.

Essa relação, entretanto, está longe de significar fechamento automático de posições. Integrantes do governo avaliam que Alcolumbre continuará utilizando a força política que tem para negociar com o Executivo, e não necessariamente atenderá aos interesses do Palácio do Planalto em todas as votações. Um interlocutor do governo resume a relação: "Alcolumbre sabe que o governo precisa dele, mas também sabe que não pode entregar tudo de graça. Ele vai negociar até o último momento", adverte.

Prova disso é que o nome de Messias continua sendo um fator de tensão. Alcolumbre foi contrário à primeira tentativa de aprovação do advogado-geral da União para o STF, rejeitado pelo Senado em abril, e tem dado a entender que não mudou de posição. Lula pretende insistir no AGU para ocupar a 11ª cadeira ainda este ano, mas interlocutores do Congresso avaliam que o presidente do Senado tende a, novamente, dificultar a tramitação. A questão é delicada, porque envolve, também, o equilíbrio de forças dentro do Supremo. A princípio, Alcolumbre ainda defende o ex-senador Rodrigo Pacheco, hoje ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), para a vaga.

Damares e Michelle

Pela oposição, Tereza Cristina tenta transformar sua experiência política e o trânsito entre diferentes grupos em uma candidatura competitiva. A senadora, que foi ministra da Agricultura no governo Jair Bolsonaro, conta com o apoio da colega Damares Alves (Republicanos-DF). As duas têm intensificado conversas para ampliar a sustentação do projeto. A articulação também ganhou um reforço com a aproximação da senadora eleita Michelle Bolsonaro (PL-DF), que se reuniu com as duas nas últimas semanas e demonstra simpatia pela candidatura de Tereza.

O apoio de Michelle, contudo, ainda depende de uma definição. A ex-primeira-dama deve considerar a orientação de Jair Bolsonaro antes de assumir uma posição publicamente. Entre aliados de Tereza, a avaliação é de que a senadora tem condições de alcançar parlamentares que não se identificam com o bolsonarismo, mas também não desejam a permanência de Alcolumbre.

Um interlocutor ligado à articulação da senadora destaca a capacidade de diálogo como diferencial: "Ela consegue conversar com quem está na oposição e, também, com quem não quer romper com o governo. É justamente aí que está a diferença", aponta.

Tereza tem como pontos favoráveis o trânsito com o agronegócio e o Centrão, além da possibilidade de tornar-se a primeira mulher a presidir o Senado. A candidatura, porém, enfrenta dificuldades. A Federação União Progressistas — integrada pelo União Brasil e pelo PP — declarou apoio à reeleição de Alcolumbre, o que enfraquece a posição de Tereza dentro do seu próprio partido. Além disso, a senadora precisará demonstrar que consegue transformar a aproximação com Michelle e Damares em votos.

Reorganização

Marinho, por sua vez, tenta reorganizar a estratégia depois de assumir a coordenação da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro, hoje nos Estados Unidos depois da derrota para Lula nas urnas. O resultado eleitoral e a fuga do filho 01 do ex-presidente, abandonando o centro da articulação política, deixaram o parlamentar potiguar diante da necessidade de reconstruir pontes na oposição. Apesar disso, o PL decidiu oficializar sua candidatura e aposta no tamanho da bancada que terá na próxima legislatura, com 29 senadores, para fortalecer o projeto.

No partido, a preocupação é que a disputa com Tereza Cristina fragmente os votos da oposição e facilite a reeleição de Alcolumbre. Um integrante do PL reconhece o risco de a divisão comprometer a estratégia: "Não podemos chegar em fevereiro divididos. Se cada um puxar para um lado, quem ganha é Alcolumbre. A oposição precisa entender que essa eleição é estratégica", sentencia.

O desafio de Marinho é transformar o peso numérico do partido em votos. A votação secreta abre espaço para traições e o senador precisará conquistar apoio fora do PL. A estratégia passa pela mobilização de lideranças bolsonaristas e pela tentativa de atrair parlamentares de centro que não estejam comprometidos com Alcolumbre.

O ponto negativo para o ex-coordenador da campanha de Flávio é a concorrência no próprio campo político. Tereza não pretende desistir e tem uma rede de interlocução que alcança setores menos identificados com o bolsonarismo. A divisão pode beneficiar justamente Alcolumbre, que tem relações consolidadas com diferentes bancadas e aposta na capacidade de construir acordos individuais.

A votação secreta é outro fator que alimenta a desconfiança entre os grupos. Marinho precisa transformar manifestações públicas de apoio em voto, enquanto Alcolumbre aposta na liberdade de escolha dos senadores e na capacidade de negociação.

O que cada um tem a oferecer

Ton Molina/Agência Senado



DAVI ALCOLUMBRE

Bom para o governo — Desde que o ministro Alexandre de Moraes, do STF, promoveu, em agosto passado, o jantar em que "fumou o cachimbo da paz" com Lula, Alcolumbre tem atuado a favor do governo. Instalou comissões mistas para evitar a caducidade de medidas provisórias — como a MP de renegociação de dívidas rurais (1.376/26), a de redução de filas no INSS (1.369/26) e a que suspendeu a "taxa das blusinhas" (1.357/26) —, além de despachar a PEC da Segurança Pública para análise na Comissão de Constituição e Justiça. Conduziu a aprovação e promulgou, em 16 de outubro, a emenda constitucional que extingue a jornada 6 x 1. Também recuou da intenção de pautar a proposta da redução da maioridade penal no Senado e transferiu o início da análise para uma comissão especial na Câmara, a partir de 2027. E, na semana passada, conduziu a aprovação do PLP 299/26, que prevê economia de R$ 50 bilhões a R$ 60 bilhões para viabilizar o Orçamento de 2027.

Ruim para o governo — Costuma cobrar caro pelo apoio ao Palácio do Planalto. E caso Lula insista em indicar Jorge Messias para a 11ª cadeira do STF, deu indicativos de que, mais uma vez, não endossará o nome do AGU.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



TEREZA CRISTINA

Bom para o governo — Ex-ministra da Agricultura de Bolsonaro, apresenta como principal atributo o bom trâmite entre todos os setores do Senado. Tem como "cabos eleitorais" Michelle Bolsonaro e Damares Alves, e deve angariar mais apoios entre bolsonaristas e na bancada feminina de centro-direita. Para o Palácio do Planalto, caso vença a disputa pela presidência, a projeção é de que teria um correto relacionamento institucional — ou seja, negociaria o trâmite das pautas de interesse com base em diálogo de alto nível —, mas firme o suficiente para não ceder às pressões do bolsonarismo, sobretudo no que se refere a impeachments de ministros do STF e outros temas que poderiam provocar instabilidade entre os Poderes. Partidos que apoiam Lula votariam nela facilmente para o caso de a disputa, num segundo turno, ser contra Rogério Marinho.

Ruim para o governo — Muito ligada ao agro e sensível às pautas contrárias às bases sociais do governo Lula — foi uma das interlocutoras do empresariado quando da tramitação da escala 6 x 1 —, tenderia a fazer andar revindicações desses setores.

Ed Alves/CB/D.A Press



ROGÉRIO MARINHO

Bom para o governo — Caso alcance a presidência do Senado, será a principal referência do bolsonarismo no Congresso. Estará respaldado pelo PL, que tem a maior bancada nas duas Casas. Porém, é considerado uma pessoa do diálogo, inclusive com setores governistas. Embora seja um crítico implacável de Lula, em recente entrevista reconheceu a liderança do presidente e afirmou que não pretende impedir o andamento dos temas que interessam ao governo.

Ruim para o governo — É porta-voz das bandeiras defendidas pela extrema-direita, sobretudo o impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal. Deixou claro que dará andamento a todos os pedidos de impedimento que chegarem à Mesa Diretora do Senado, desde que embasados. Além disso, estará à frente da campanha para anistiar Bolsonaro e os condenados pela tentativa de golpe de Estado, sobretudo os do 8 de janeiro de 2023. Também pode-se esperar dele que seja um porta-voz do ex-presidente e de seus filhos — assim como o senador eleito Carlos Bolsonaro (PL-SC) —, o que ajuda na manutenção da influência do clã.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



A fortuna sorri para Lula, porém exige mais virtudes

Em O Príncipe (Ediouro), de Nicolau Maquiavel, o êxito político depende da relação entre a capacidade de agir e a imprevisibilidade das circunstâncias. É uma relação dialética. A virtù se manifesta na energia, na coragem e na astúcia com que o governante enfrenta situações que escapam ao seu controle. Ela combina a força do leão e a astúcia da raposa. A fortuna, caprichosa como uma deusa antiga, pode abrir uma oportunidade ou subitamente fechá-la.

Maquiavel estima que a fortuna governa cerca de metade de nossas ações e deixa a outra metade, ou quase, a nosso encargo. Após a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva, ela lhe sorriu no plano externo. A derrota dos republicanos nas eleições de meio de mandato enfraqueceu Donald Trump, e a repercussão internacional da vitória de Lula foi interpretada como uma viragem política e deu ao Brasil mais espaço num ambiente até então marcado pela ascensão da extrema-direita. A viagem à Turquia, às Filipinas e à Espanha ofereceu ao presidente a ocasião de aproveitar essa mudança.

Entretanto, no Brasil, apesar da vitória eleitoral, a correlação de forças mostra avanço da oposição no Congresso. No plano institucional, o bolsonarismo saiu fortalecido e preservou uma base eleitoral expressiva. Flávio Bolsonaro obteve 48% dos votos válidos no segundo turno. Sua fuga para os Estados Unidos não significa que o bolsonarismo tenha sido desidratado. Sua principal liderança continua sendo o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Ao contrário do primeiro mandato, agora, Lula dispõe de instrumentos para disputar as redes sociais, que eram a praia dos deputados "influenciadores" bolsonaristas. Graças a André Janones, que comandou o canal Exército do Lula e se tornou a grande estrela da virada eleitoral que garantiu a sua reeleição, após ficar atrás de Flávio no primeiro turno. Reeleito, o presidente da República também poderá ampliar sua influência na composição do Supremo com as indicações de mais cinco ministros, um ainda neste mandato. Na Câmara e no Senado, porém, cada votação relevante continuará a exigir negociação.

É que a vitória convive com a desaprovação majoritária do governo registrada nas pesquisas. A rejeição a Lula, menor que a de Flávio, e a mobilização de eleitores preocupados com a democracia ajudaram a decidir o segundo turno. Há também uma importante base material para a adesão maciça ao petista em alguns estados. Entre 2019 e 2025, segundo dados da PNAD, a renda domiciliar por pessoa cresceu 37% no Piauí e 42% em Alagoas e Tocantins, ante cerca de 11% em São Paulo. A exploração de petróleo no litoral do Amapá transformará o estado numa potência econômica. Lula ganhou uma segunda chance. Ou será a quarta?

A fortuna, ensina Maquiavel, é como um rio impetuoso que devasta as planícies. Na calmaria, os homens prudentes constroem diques para conter as próximas cheias. Essa é a tarefa da virtù, que também exige ajustar o modo de agir à mudança dos tempos. Há ocasiões em que a cautela protege o governante e outras em que a hesitação o derrota. Lula demonstrou essa capacidade de adaptação ao superar a resistência à sua reeleição. Agora, cabe-lhe construir os diques enquanto as circunstâncias externas lhe dão algum tempo.

Desafio econômico

A primeira prova será a montagem do governo. Não pode ser um mais do mesmo. Entregar aos aliados derrotados o comando da coalizão diluiria o sentido da vitória. Compartilhar poder com o Centrão, porém, pode ser o preço de uma maioria efetiva e de um programa menos ambicioso. A estratégia de resistência democrática continua a exigir essa amplitude. Interpretar a reeleição como uma "revolução democrática" seria confundir a frente que garantiu a vitória com uma autorização para governar com as massas, como se o exército de Janones, organizado como tropa de assalto, fosse transformado em força de ocupação do poder.

Não existe cheque em branco. A disputa pelo Orçamento expõe o custo dessa composição. A proposta para 2027 reserva cerca de R$ 60 bilhões às emendas parlamentares. O Diretório Nacional do PT defende sua redução progressiva. Edinho Silva, presidente do partido, disse que as negociações de varejo transformam o Congresso em "balcão de negócios". O governo terá de negociar com os mesmos partidos cujo poder sobre a alocação de recursos pretende limitar. Mais ainda, terá que incorporá-los ao governo de forma efetiva, formando uma ampla coalizão.

A política econômica reproduz o impasse. Antecipar as promessas de campanha e acelerar a redistribuição de renda atenderia às expectativas de parte da base, avançando na "revolução democrática", porém, sob o risco de pressionar as contas públicas e desestabilizar o governo. Entretanto, o caminho esboçado pelo chamado Plano Moretti é gradual. O Senado aprovou o texto-base por 45 votos a 31. O projeto segue para a Câmara. Na estimativa do PT, 70% da economia prevista viria do corte de benefícios e do controle das compensações tributárias. O senador petista Camilo Santana (CE), ex-ministro da Educação, argumenta que assim os programas sociais seriam preservados.

Com a Selic em 13,75% ao ano, como sempre, a direção do PT aponta os juros como o principal entrave ao crescimento e à eficácia das políticas de renda, numa nova ofensiva contra o Banco Central. O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) alertou para o risco de recessão e evocou o governo Dilma. Se o ajuste aprofundar a transferência de renda do trabalho para o capital, e dos cofres públicos para o setor privado, corroerá a base social da vitória. Conter a inflação, criar condições para reduzir os juros e retomar o crescimento são os diques que Lula precisa construir. A fortuna lhe deu a ocasião. A obra, porém, exige mais virtù.